

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

CONTRATO Nº 010/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 010/2026, QUE FAZEM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM/ES, E A EMPRESA T CAVALINE DUTRA.

A Câmara Municipal de Itapemirim com sede na Rua Adiles André Leal s/n, Bairro Serramar, Município de Itapemirim, CEP 29.330-000, Estado do Espírito Santo, CNPJ nº 31.726.680/0001-59, neste ato representado pelo Ordenador de Despesa e Presidente da CMI, Exmo Sr. **TIAGO FARIA LEAL**, brasileiro, casado, RG nº 60332, CPF nº 108.291.067-82, residente e domiciliado na Rua Projetada S/N, no Bairro Joacima, no Município de Itapemirim/ES, doravante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **T CAVALINE DUTRA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 39.503.556/0001-36, inscrição Estadual nº 083.703.36-5, sediada na Rua São José, 105, Itaóca, Itapemirim/ES, Cep 29.330-000, no Município de Itapemirim/ES, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pela Empresária **THAMARA CAVALINE DUTRA**, brasileira, empresária, solteira, nascida Itapemirim/ES em 01/10/1991, CPF 139.595.237-00, residente e domiciliada a Rua Talma Santos, 39, Centro, Itapemirim/ES, Cep 29.330-000, natural de Cachoeiro de Itapemirim/ES, portadora da CNH nº 1752418297, conforme atos constitutivos da empresa apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 164/2026 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº 005/2026, Processo administrativo nº 164/2026, vencedora dos Lotes nº 03 e 06, Identificador TCE-ES: 2026.035L0200001.09.0005, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

- 1.0. Contratação de empresa para aquisição de material de consumo, permanente, gênero alimentício, materiais de copa/cozinha, de limpeza/higiene, expediente, Gás e outros materiais engarrafados e elétrico/eletrônico para suprir o Almojarifado da Câmara Municipal de Itapemirim.



1.0.1. Objeto da contratação:

LOTE N° 03						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN.	QNTD.	MARCA	VALOR UN.	VALOR TOTAL
29	BANDEJA DE INOX, retangular com alça- medida aproximada, comprimento 45 cm, largura 30 cm, em aço inoxidável.	UND	02	KEHOME	79,99	159,98
30	COADOR DE CAFÉ DE PANO, em flanela de algodão 100%, cor branca, tamanho grande (ex: diâmetro aproximado de 21cm ou 25cm), com cordão de algodão para fechamento e/ou cabo em polipropileno isolado. Composto por duas partes iguais unidas, permitindo boa filtragem e resistência. Material liso, sem impurezas, tecido de boa gramatura, resistente ao uso contínuo e ao calor.	UND	24	ZALENA	19,99	479,76
31	PANO DE COPA (pano de prato), pano de copa felpudo, branco, com alta absorção, 100% algodão, de 1ª qualidade; · Medidas: mínimo de 65 cm x 43 cm.	UND	24	ALKLIN	13,99	335,76
32	TOALHA DE MESA, retangulares dimensões 2,20mx1,50m (após o acabamento), em tecido oxford.	UND	04	RANER	100,000	400,00
33	TOALHA DE MESA TRANSPARENTE, retangular dimensões 2,30mx1,50m, 100% PVC, transparente resistente ao calor e não toxico.	UND	04	CRISTAL	75,00	300,00
34	COLHER, MATERIAL CORPO AÇO INOXIDÁVEL - material cabo aço inoxidável, tamanho grande, características adicionais 30 cm de diâmetro e 9 cm parte côncava, cabo 34 cm. inteiriça (sem rebites)	UND	03	VAZI	39,99	119,97
35	FACA DE SERRA - com lâmina de 20cm em aço inox, cabo de polietileno.	UND	03	VANEZI	39,99	119,97
36	GARRAFA TÉRMICA, para café em aço inoxidável com	UND	03	SOPRANO	279,00	837,00



	capacidade para 1,9 Litros, ampola de aço inoxidável, sistema à vácuo para conservar a temperatura, acionamento através de bomba. Possuir base giratória e sistema de trava para segurança.					
37	GARRAFA TÉRMICA, com capacidade para 1 Litro, confeccionada em material plástico de boa qualidade, na cor preta, com ampola de vidro, sistema à vácuo para conservar a temperatura das bebidas: Mínimo 6 horas	UND	03	SOPRANO	49,99	149,97
38	GUARDANAPO - de papel, material celulose, medida aproximada de 25x25 CM, cor branca, pacotes com 50 folhas.	PCT	20	SANTEPEL	4,99	99,80
39	COPO DESCARTÁVEL- Capacidade: Possui capacidade nominal de 200 ml. Material: Comumente fabricado em plástico poliestireno (PS), que é rígido e transparente, ou polipropileno (PP), que é mais flexível e resistente a temperaturas mais altas, sendo adequado para bebidas quentes como café. Caixa com 25 pacotes com 100 un.	CX	20	COPO BOM	250,000	5.000,00
40	LÂMPADA LED - Lâmpada Led 16W, branco frio, Potência de 16 (dezesseis) watts, Luminosidade de 1.630 Lumens, Tamanho: 17x5,5 cm, com rosca, soquete E27, bivolt.	UND	150	PHILIPS	24,99	3.748,50
41	POTE DE VIDRO HERMÉTICO DE 4 LITROS- - Pote de vidro de alta capacidade (4000ml), projetado com vedação hermética superior para impedir a entrada de ar e umidade. Ideal para conservar alimentos secos (arroz, feijão, massas, farinhas) ou conservas artesanais por mais tempo, mantendo o sabor e a textura original.	UND	06	HOME ECO	98,00	588,00
42	JOGO DE XÍCARA PARA CAFÉ C/6 un - em formato clássico, com base e superfícies redondas, com asa,	UND	06	PORCELANA	119,90	719,40



	em porcelana na cor branca, lisa. Medidas aproximadas: altura: 5 cm, diâmetro: 6,3 cm e capacidade de 80ml. Deve ser de 1ª linha, acompanhada do Pires para xícara em porcelana na cor branca, liso, em formato clássico, com base e superfícies redondas.					
43	COPO LONG DRINK DE VIDRO DE 400ML - Vidro transparente de alta qualidade, resistente a impactos e temperaturas, o que proporciona maior durabilidade. Formato alto e estreito, Altura de 14cm e diâmetro de 7,3cm	UND	36	NADIR	9,90	356,40
44	PRATO RASO DE CERÂMICA BRANCO - diâmetro de 26 cm.	UND	24	NADIR	14,990	359,76
45	FACA DE MESA - Produzida majoritariamente em aço inoxidável, o que garante alta resistência à corrosão, higiene e durabilidade.	UND	24	MIMO	15,00	360,00
46	COLHER DE SOPA - Colher de sopa, talher de mesa. Confeccionada em aço inoxidável, resistente à corrosão e alta temperatura.	UND	24	MIMO	15,00	360,00
47	GARFO DE MESA - Aço inoxidável de alta qualidade, resistente à corrosão e oxidação (preferencialmente AISI 304 ou 430). Garfo de mesa padrão, 4 dentes (pontas).	UND	24	MIMO	15,00	360,00
VALOR TOTAL DO LOTE					14.854,27	

LOTE Nº 06						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN.	QNTD.	MARCA	VALOR UN.	VALOR TOTAL
63	Pilha Alcalina Tamanho AAA (pacote com 4 unid) - Pilha alcalina 1,5 V tamanho AAA (pequena) diâmetro 14.5 mm, comprimento 49.5 mm Características técnicas mínimas: - Deverão possuir tensão nominal de 1,5V. -	PCT	50	RAYOVAC	7,89	394,50



	Deverão ser do tamanho AAA - de acordo com a denominação ABNT/ IEC: LR06. - Deverão atender os critérios e as práticas de sustentabilidade previstas nas normas vigentes; Lei 12.305/2010, IN IBAMA nº 06/2013 e Resolução CONAMA 401/2008. Validade mínima de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de emissão da Ordem de Fornecimento					
64	PILHA ALCALINA AA (PEQUENA) (pacote com 4 unid)- pilha alcalina 1,5 v tamanho aa (pequena) diâmetro 14.5 mm, comprimento 49.5 mm características técnicas mínimas: - deverão possuir tensão nominal de 1,5v. - deverão ser do tamanho aa - de acordo com a denominação abnt/ iec: lr06. - deverão atender os critérios e as práticas de sustentabilidade previstas nas normas vigentes; lei 12.305/2010, in ibama nº 06/2013 e resolução conama 01/2008. validade mínima de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de emissão da ordem de fornecimento	PCT	50	RAYOVAC	7,89	394,50
VALOR TOTAL DO LOTE					789,00	

LOTE Nº 08						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN.	QNTD.	MARCA	VALOR UN.	VALOR TOTAL
66	Secador De Mão Eletrico - Acionamento: Automático por sensor infravermelho (hands-free), com ajuste de sensibilidade. Potência: Entre 1100 W e 1800 W, para um equilíbrio entre performance e eficiência energética. • Tempo de Secagem: Máximo de 15 segundos para garantir a	UND	06	HEZARU	1.099,00	6594,00



rotatividade. • Material: Aço inoxidável (Inox 304 escovado) para durabilidade e resistência ao vandalismo. • Voltagem: Compatível com a rede elétrica local (110V ou 220V). • Proteção: Nível IPX4 ou superior, resistente a respingos de água. • Normas: Certificação Inmetro (ou equivalente) para segurança elétrica. Com instalação					
VALOR TOTAL DO LOTE					6594,00

LOTE N° 09						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN.	QNTD.	MARCA	VALOR UN.	VALOR TOTAL
67	Lixeira Seletiva com Suporte – Resíduos Úmidos e Secos - Conjunto de lixeira seletiva dupla, composta por 02 (duas) lixeiras, destinadas à separação de resíduos úmidos e secos, acondicionadas em suporte único. material plástico de alta resistência (polietileno ou similar), Cada lixeira deverá possuir identificação visual clara, por meio de cores padronizadas e/ou adesivos indicativos, conforme normas de coleta seletiva, sendo: Resíduo Úmido: cor marrom ou outra compatível com a padronização adotada; Resíduo Seco: cor azul ou outra compatível com a padronização adotada Capacidade mínima de 60 litros. Suporte metálico ou plástico reforçado, com pintura anticorrosiva, garantindo estabilidade e durabilidade; Sistema de fixação segura das lixeiras ao suporte; Tampa (basculante ou removível), conforme modelo, para melhor acondicionamento dos resíduos; Base estável, podendo ser fixada ao piso, se	UND	06	KMI PLASTICOS	899,00	5.394,00



necessário.					
VALOR TOTAL DO LOTE					5.394,00

1.0.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.0.3. O Termo de Referência;

1.0.4. A Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa,

1.0.5. A Proposta do contratado;

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1.1. O prazo de vigência da contratação será a contar da data de assinatura do Contrato, com duração de 12 (doze) meses, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.2. A prorrogação do contrato poderá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.1.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.1.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.5. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1.1. A execução do contrato será de forma INDIRETA, pelo regime de EMPREITADA POR MENOR PREÇO POR LOTE.

3.1.2. Os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

3.1.3. Este Contrato segue conforme as minutas padronizadas do Poder Executivo Federal, conforme artigo 19, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.



CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1.1. O valor total dos lotes nº 03, 06, 08 e 09 é de R\$ 27.631,27 (vinte e sete mil, seiscentos e trinta e um reais e vinte e sete centavos), sendo o valor do lote 03 de R\$ 14.854,27 (quatorze mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e vinte e sete centavos), o valor do lote 06 é de R\$ 789,00 (setecentos e oitenta e nove reais), o valor do lote 08 de R\$ 6.594,00 (seis mil, quinhentos e noventa e quatro reais) e por fim, o valor do lote 09 de 5.394,00 (cinco mil, trezentos e noventa e quatro reais) sendo pago conforme os quantitativos fornecidos.

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.3. Os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1.1. A presente contratação não é passível de reajuste.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1.1. São obrigações do Contratante:

8.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;



8.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar a Procuradoria para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.10. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, no Termo de referência e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:



9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.



9.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

9.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.



9.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

11.1.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);

11.1.2. Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA fica obrigada a reparar eventual defeito ou substituição, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de notificação do defeito, sem ônus para o CONTRATANTE;

11.1.3. A recusa da CONTRATADA em substituir o(s) produto(s) reprovado(s) nos testes será considerada descumprimento contratual, ensejando a aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.1.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv. **Multa:**

1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) pelas infrações injustificadas do art. 155 da Lei 14.133 de 2021;

12.1.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.1.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.1.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.1.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.1.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



12.1.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.1.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.1.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.1.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.1.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.1.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.1.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.1.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1.1. As despesas decorrentes desta Licitação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, prevista no orçamento da CMI, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

Ficha: 011

Órgão: 001

Projeto/Atividade: 2.001

Elemento de Despesa: 33903000

Fonte de Recurso: 150000000003
de impostos

Câmara Municipal de Itapemirim

Manutenção das Atividades da Câmara Municipal

Material de Consumo

Recursos não vinculados de impostos e transferências

14.1.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após a liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.1.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.1.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.1.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA LEI LGPD

17.1.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

17.1.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

17.1.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

17.1.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

17.1.5. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.



17.1.6. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

17.1.7. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

17.1.8. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato Inter operável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

17.1.9. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– FORO ([art. 92, §1º](#))

19.1.1. Fica eleito o Foro da comarca de Itapemirim/ES, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Itapemirim/ES 22 de junho de 2026.

TIAGO FARIA
LEAL:10829106782

Assinado de forma digital por
TIAGO FARIA LEAL:10829106782
Dados: 2026.06.25 17:18:50
-03'00'

TIAGO FARIA LEAL
Presidente da Câmara Municipal de
Itapemirim

T CAVALINE
DUTRA
LTDA:39503
556000136

Assinado digitalmente por T CAVALINE
DUTRA LTDA:39503556000136
ID: C=BR, O=ICP-Brasil, S=ES, L=Itapemirim, OU=AC SOLUTI Multipla
v5, OU=37750715000171, OU=Videokonferencia, OU=Certificado PJ
A1, CN=T CAVALINE DUTRA
LTDA:39503556000136
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização:
Data: 2026.06.25 17:12:25-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.1.0

CONTRATADA

